



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA N.º 2/2011**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL  
DE 2011: -----**

----- Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário e Sr.ª Sara Raquel Fresco, 2º secretária. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, Eng.º. Carlos Manuel Brites Monteiro, Enf.ª Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Dr. Paulo Jorge Santos Grego, Dr. José Carlos Baptista Garrucho, Sr. Narciso Patrão António, Dr.ª Maria da Conceição Oliveira, Dr.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Pedro Nunes, Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora, Sr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr.ª Zélia Domingues Morais, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Prof.ª Maria Fernanda da Costa Baptista, Dr.ª Ana Maria Barreto Dias, Sr. João Maria Nogueira, Dr. Vitor Miguel Seabra Lourenço, Sr. António Cardoso Alberto, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Sr. Albano Manuel da Rocha Lourenço e Sr. Gabriel Pinho.-----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e vinte minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças anteriormente referidas. -----

----- **O Sr. Secretário Calisto Coquim,** na qualidade de presidente da mesa, deu início à sessão. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Começou por informar a Assembleia que um dos pontos do “período da ordem do dia” (ponto 3) iria ser retirado por solicitação da Câmara Municipal em reunião de Câmara Municipal. -----

----- O **Sr. Calisto Coquim** lembrou a memória do ex. colega da Assembleia Municipal, o Sr. Filipe Cainé, recentemente falecido, pedindo a todos os presentes um momento de reflexão em memória do mesmo. -----

----- Interveio o **Sr. deputado Juan António (PSD)** que, no seguimento do proferido pelo Sr. Calisto Coquim, propôs uma salva de palmas. -----

----- Seguiu-se um minuto de silêncio, seguido de aclamação. -----

----- Continuando o período de informações à Assembleia Municipal, o Sr. Calisto Coquim, comunicou a todos uma informação do sindicato dos trabalhadores do comércio e escritórios, acerca da abertura dos estabelecimentos comerciais no 1º de Maio. -----

----- Pediu a anuência a todos os presentes, para que os trabalhos da Assembleia Municipal fossem disciplinados pelo novo Regimento da Assembleia Municipal, dado que o mesmo ainda não havia sido publicado. -----

----- Foi aceite e assumido por todos os presentes, o uso do novo Regimento para orientar os trabalhos da Assembleia Municipal. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** -----

----- O **Sr. Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, colocando à aprovação do plenário, a acta da sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2011. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** e disse que relativamente à acta não constava o motivo porque o mesmo tinha abandonado a Assembleia Municipal do dia 28 de Fevereiro de 2011. Prossequindo, leu o seguinte texto: “*Eu gostava que a acta transcreve-se o*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*porquê do meu abandono, devendo-se ao facto de ter pedido o direito de resposta à intervenção do Sr. Presidente e foi-me negada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal com toda a sua arrogância. O meu pedido de resposta era pelo facto do Sr. Presidente não me ter respondido a nenhuma questão por mim levantada, nomeadamente para quando o pagamento do protocolo celebrado entre a Junta e a Câmara relativo à transferência de competências. Mas sim passou o assunto para a Associação de Solidariedade Social, questão essa, que não foi levantada por mim. Por tal motivo gostaria que ficasse em acta o motivo do meu abandono.” -----*

----- O **Sr. Calisto Coquim**, na qualidade de presidente da mesa, disse que todos sabiam o motivo porque o Sr. Gabriel Pinho havia abandonado a sessão da Assembleia. As razões que o Sr. deputado tinha acabado de expor, e disse que não gostaria que o mesmo ficasse “*ipsis verbis*”, mas que ficasse em acta que as razões se deveram à falta de resposta do Sr. Presidente, e por esse motivo decidiu abandonar a sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Não havendo mais alterações, a acta foi colocada à aprovação, tendo sido **aprovada por maioria** com uma abstenção do Sr. deputado Albano Lourenço por não ter estado presente. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Os trabalhos prosseguiram, presididos pelo Sr. secretário Calisto Coquim, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia. -----

----- O sr. Presidente da Mesa, Dr. Fernando Regateiro integrou o plenário mais tarde, cerca das 17:20 horas, no momento em que decorria a apreciação do ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- No uso da palavra interveio o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** e disse que era de louvar os trabalhos efectuados pela Câmara Municipal nos tempos que corriam. Considerou que, apesar da crise o Concelho não havia parado, fez referência ao esforço para a realização do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saneamento e ainda deixou uma nota acerca dos trabalhos de limpeza do Canal, das margens das valas.-----

----- Prosseguiu a sua intervenção e disse que antes das eleições tinham sido colocados “*placards*” em alguns largos e que depois passadas as eleições os mesmos continuavam nos largos. Relativamente ao Parque de Campismo, questionou se havia contrato com os concessionários que estavam no parque de campismo, se iria ser feito novo concurso, ou seja, o que ia ser feito relativamente ao restaurante e a supermercado. Questionou também porque não tinham começado as obras em Outubro, em que estado se encontravam as bungalows e para quando a sua abertura.-----

----- Para finalizar pediu esclarecimentos acerca do eventual encerramento dos CTT da Praia de Mira e também o que o Executivo pensava fazer em relação aos viveiros da Praia de Mira. Considerou que os mesmos não apresentavam utilidade nenhuma a não ser a criação de mosquitos e eram um foco de águas e lodos em putrefacção com cheiro nauseabundo.-----

----- Tomou a palavra o **Sr. deputado Pedro Nunes (PSD)** e começou por deixar um pedido de desculpa a todos os que haviam estado presentes na anterior sessão de Assembleia Municipal, pela forma como se tinha ausentado da sessão. Informou ter saído da sessão da anterior Assembleia Municipal pela forma como a mesma estava a ser conduzida e em sinal de protesto.-----

----- Seguidamente, no uso da palavra o **Sr. deputado João Nogueira (PS)** regozijou-se e deu os parabéns ao Executivo pela forma tão “maravilhosa” como tinham ficado as valas com a intervenção de limpeza que se tinha feito. No mesmo seguimento, questionou o Executivo quando é que a Barrinha iria ser limpa.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No sentido de responder às questões levantadas anteriormente, usou da palavra o **Sr. Vereador Manuel Martins** em representação do Executivo. Relativamente à limpeza das valas explicou que a Câmara Municipal todos os anos fazia esforços para manter as valas limpas. Disse que obra era há muito reivindicada e tinha sido feita pela ARH e estavam naquela fase a tentar intervir na Zona Sul do Concelho. -----

----- Relativamente aos CTT da Praia de Mira, disse que não tinha conhecimento de nada. Quanto aos “placards” referiu-se a um que se encontrava na travessa do Telheiro na Praia de Mira e informou que já estava para ser retirado. Reportou-se à limpeza da Barrinha e disse que esperavam que o programa POLIS fizesse a intervenção, mas a curto prazo, iriam ter uma ceifeira para fazer a limpeza dos jacintos e ervas infestantes. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. Vereador Saúl Rico** que se reportou à intervenção do Sr. deputado José Balugas e regozijou-se pelo reconhecimento do trabalho realizado pela Câmara. Em relação ao Parque de Campismo, informou que no ano transacto tinha dado lucro, e não tinham tido muitas reclamações. Disse que só agora é que tinha sido possível demolir a loja de conveniência e o restaurante, porque a Sr.<sup>a</sup> que estava lá, encontrava-se em litígio com a Câmara e por isso não tinham conseguido arrancar com as obras mais cedo. Informou que iam ter mais 21 alveolos. Relativamente aos bungalows explicou que interiormente estavam prontos e faltava unicamente um sofá em cada um e a casa das caldeiras estava em construção. -----

----- O **Sr. Calisto Coquim** continuou, e ainda na qualidade de Presidente da mesa da Assembleia, reportou-se à intervenção do Sr. deputado Pedro Nunes, assinalando a virtude em ter assumido que a atitude deveria ter sido outra. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)**, começou por falar acerca da redução dos recursos com que a Autarquia se confrontava, daí que teria que haver uma melhor gestão dos recursos, principalmente daqueles que a Autarquia já tinha. Relativamente às redes de abastecimento de águas e saneamento, questionou o Executivo para quando é que estava prevista a conclusão e cobertura final do saneamento para o Concelho e em que fase estavam as obras de saneamento do Concelho. Quanto à rede de águas tinha duas questões, por um lado o funcionamento e manutenção da própria rede com a construção, disse parecer-lhe que havia algumas fragilidades na rede de abastecimento que estava relacionado com a constituição de purgas que poderiam levantar problemas nas adufas de abastecimento aos depósitos e reduzir drasticamente a durabilidade dos equipamentos e com isso aumentar os encargos com a manutenção deles. Relativamente à ponte na Videira Sul (que na altura estava em manutenção e encerrada ao tráfego) ter-lhes-ia chegado a informação que o suporte da conduta de água que lá estava e fornece uma aérea residencial importante, que estava em más condições. -----

----- Usou da palavra seguidamente o **Sr. deputado Albano Lourenço (PSD)** e informou que a Junta de Freguesia iria mudar de instalações devido à necessidade de alargamento da extensão de saúde do Seixo. Perante isso, agradeceu à Câmara Municipal a cedência das instalações da antiga escola do Seixo para a instalação da Junta de Freguesia, bem como todo o apoio, que tinha sido dado na execução do projecto e candidatura à CCDR para financiamento das obras de remodelação da escola. De igual modo, agradeceu o apoio financeiro que havia sido prestado pela Autarquia para a realização das obras que já estavam a decorrer. -----

----- A **Sr.ª deputada Fernanda Batista (PS)** deu início à sua intervenção e disse que nos Carapelhos, no sentido Corticeiro - Carapelhos, se tinha deparado com uma placa nova, que dizia “Rua das Flores – Bem-vindo à Freguesia dos Carapelhos” e ao lado, encostado a um



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pinheiro, a placa que lá tinha sido posta antes a dizer “Concelho de Mira” e uma outra a dizer “Freguesia dos Carapelhos”. Disse que gostaria de ter uma explicação sobre o referido assunto, pois não sabia se tinha sido vandalismo, se tinha sido a Câmara, etc. -----

----- Reportou-se à deslocação da “Confraria Nabos e Companhia” ao Programa Preço Certo e ao facto de não terem entregue as lembranças que a Câmara Municipal tinha mandado. Questionou a Câmara o porquê das lembranças não terem sido entregues à pessoa a quem eram destinadas. Por último pediu esclarecimentos acerca do assunto dos viveiros na Praia de Mira que havia sido pedido também pelo MAR. -----

----- O **Sr. Vice-presidente da Câmara Dr. Manuel Martins** usou da palavra em representação do Executivo para responder às questões levantadas pelos Sr. deputados. -----

----- Começou por se reportar à intervenção da Sr. deputada Fernanda Batista e informou que não tinha conhecimento que a Câmara tivesse feito qualquer trabalho em relação às placas nos Carapelhos, lamentando que tivesse ocorrido vandalismo. -----

----- Prosseguiu e referiu-se ao programa “Preço Certo” e disse que sendo verdade o exposto pela Sr.<sup>a</sup> deputada, lamentava e considerou que esse tipo de atitudes ficava com quem as praticava. -----

----- No que tocava às considerações tecidas pelo Sr. Albano Lourenço, o **Sr. Vice-presidente Dr. Manuel Martins**, disse que o que pretendiam era o bem-estar da população do Concelho. Informou que as ampliações da Extensão de Saúde foram melhoradas, com todo o rés-do-chão da Junta de Freguesia e tinham protocolado com a junta de Freguesia a mudança das instalações, considerando ainda, que mais não tinham feito do que o seu dever. -----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Saúl Rico**, reportando-se ao Sr. deputado José Balugas quanto ao funcionamento das instalações provisórias do parque de campismo. Informou que



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estavam a protocolar com o Touring Clube da Praia de Mira, uma loja de conveniência, uma sala de convívio e um snack-bar.-----

----- Seguiu-se o **Sr. Vereador Miguel Grego**, informou que os viveiros não eram propriedade da Câmara Municipal, estavam afectos ao Regime Florestal Parcial e eram titularidade da Autoridade Florestal Nacional. Informou que a Câmara Municipal tinha uma proposta de protocolo “em cima da mesa” do Sr. Presidente da Autoridade Florestal Nacional, Eng. Amândio Torres. Tinham uma candidatura pronta para o PROMAR para procederem à revitalização dos Viveiros. -----

----- Prosseguindo, foi dada a palavra ao **Sr. Eng. Rui Silva**, chefe de divisão das Obras Municipais, reportou-se à conduta de água e explicou que a mesma se apresentava suspensa, e que era independente da ponte, não estando sequer posta em causa a sua estabilidade. Informou que a ponte tinha quatro vigas partidas, suspeitavam que tivesse sido uma carga muito pesada que tivesse passado por cima para provocar instantaneamente partir as quatro vigas. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** que passou a ler o seguinte texto:  
*“Em primeiro lugar, uma vez que não tive resposta às questões por mim levantadas na última Assembleia, vou colocá-las de novo. Para quando o pagamento à Junta de Freguesia do protocolo celebrado relativo à transferência de competências assinado em 2010 entre a Junta e Câmara. Em segundo lugar, pela quarta vez, qual a situação da casa da Rua Padre Manuel Domingues na Praia de Mira. Caso não tenha resposta informo que informarei o caso a quem de direito. Em terceiro lugar, pergunto como é possível, na Praia de Mira, na Avenida Cidade de Coimbra, haver uma casa com cerca de mais de um metro para o passeio fora do alinhamento das outras, tanto nas varandas como no telhado. Gostaria de saber qual o critério deste desalinhamento. Esta casa situa-se em frente à Caixa de Crédito Agrícola.” -----*





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio seguidamente o **Sr. deputado Carlos Nora (PS)** e relativamente à Zona Industrial - Pólo II, questionou se havia projectos de instalação de novas empresas. Deixou ainda o elogio à actuação da menina Ana Ferreira no concurso “Uma canção para Ti” da TVI assim como a felicitação à Câmara Municipal pela cedência do autocarro para as deslocações da mesma até Lisboa. -----

----- O **Sr. Vice-Presidente da Câmara Manuel Martins** usou da palavra e reportando-se ao Sr. deputado Gabriel Pinho, informou que brevemente iriam ter notícias sobre o protocolo.-----

----- Relativamente à obra na Rua Padre Manuel Domingues, informou que tinham havido duas participações da fiscalização municipal, datadas em 2/08/2007 e 29/06/2009, uma à firma “Laranjeiro e Alcaide” e outra ao Sr. Etelvino Manuel Domingues Damas. Explicou que em 2007 a firma estava a construir o edifício já no 3º andar, havia dado entrada em 2007 um pedido de licenciamento e em 30/09/2007 houve um auto de embargo. Os projectos de arquitectura e especialidades tinham sido aprovados por despacho do Vereador em 08/11/2008 e o alvará das obras tinha o número 46/2008 de 19-05-2008. Informou ainda que ao Sr. Etelvino tinha sido feita uma participação da fiscalização e iniciou-se o processo nº 27/2009, relativo à reconstrução de um palheiro. Explicou que quando surgiu a participação da fiscalização o edifício já estava concluído. Em 07/07/2007 por despacho, notificou-se o faltoso para apresentar o pedido de licenciamento. Deu-se conhecimento à Divisão Administrativa e Jurídica para abertura do processo de contra-ordenação e desde de 2007/2008 disse desconhecer a razão, mas o processo esteve parado. Informou ainda, que em 28/03/2011 se promoveu a audiência prévia do interessado com vista à demolição do palheiro. Esse período de audiência terminava em 06/05/2011. -----

----- Por último informou que segundo o que estava licenciado havia conformidade. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Reportando-se seguidamente à intervenção do Sr. deputado Carlos Nora, felicitou igualmente a menina Ana Ferreira e a sua família. -----

----- Relativamente à zona industrial informou que haviam sido concluídas as infra-estruturas eléctrica na semana passada e que quanto à área ampliada estava preparada para iniciar as construções. Informou também que para a zona industrial havia 12 processos já na Câmara com comunicações prévias e pedidos de informação prévia e outros 12 que ainda não tinham entrado.

----- Prosseguiram as intervenções e seguiu-se o **Sr. deputado Juan Apolinário (PSD)** e enumerou os assuntos que iria abordar, sendo eles: baldios (Videira Norte e Videira Sul); Campo de Golfe, Ponte da Videira; Urbanização da Praia de Mira e Época Balnear. -----

----- Começou por se congratular com o facto da Câmara Municipal ter posto em marcha o “Centro de Marcha e Corrida” que iria potenciar o investimento que tem sido feito nos circuitos pedonais. -----

----- Relativamente aos baldios, questionou se havia mais alguma novidade, pois havia registo de duas sentenças, uma em 1985 e outra em 2002 que indicavam que a Câmara Municipal era a legítima proprietária daqueles terrenos, daí que queria verificar o que havia sido feito desde daí.

----- Quanto ao campo de Golfe, questionou o Executivo quanto às diligências feitas. -----

----- Interveio seguidamente a **Sr.ª. deputada Leonor Borralho**, referiu que a obra junto ao Clube Náutico estava a avançar a bom ritmo. Questionou, após o “*terminus*” da obra quem a iria explorar ou se seria entregue à direcção do Clube Náutico. -----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Manuel Martins** e relativamente ao Clube Náutico disse que era com “bons olhos” que via a obra a decorrer a bom ritmo e julgava que brevemente estaria concluída. Era uma obra que havia sido financiada no programa “Validação do Litoral”.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Considerou que fazia todo o sentido entregar a obra à direcção do Clube Náutico, mas essa era uma situação que necessitava de ser vista legalmente, nomeadamente a forma dessa atribuição. -

----- Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**, que começou por se reportar ao Centro de Marcha e Corrida. Explicou que tinham procurado criar, além da pista ciclo pedonal, 7 percursos pedonais, os quais, dois deles haviam sido candidatos às Acções Valorização do Litoral e tinham sido aprovados. Os restantes cinco tinham sido candidatos e aprovados no âmbito da ADELO na iniciativa 3.2.1. Também e com a ajuda do cidadão Amândio Cupido, que recebia inúmeras vezes a selecção nacional de atletismo, fizeram a reactivação do circuito de manutenção na Praia de Mira, com uma configuração diferente, com 3km, que serviria além do circuito de manutenção também para um pista de “cross” para o treino dos atletas da selecção nacional que elegeram Mira como o centro de estágio. O centro de marcha e corrida era algo diferente, pese embora complementar, sobretudo para servir aquelas pessoas que gostavam de caminhar, mas que deviam começar a caminhar em segurança quer rodoviária quer de saúde. Informou ainda que no centro de marcha e corrida havia o acompanhamento de um técnico credenciado. Existiam quatro percursos marcados no centro da vila, todos eles começavam e terminavam no pavilhão onde 3 vezes por semana está o referido técnico. -----

----- Quanto ao Golfe, o **Sr. Vereador Miguel Grego** informou que a Câmara Municipal tinha lançado dois concursos e ambos haviam ficado “desertos” e de acordo com o Regulamento, o Sr. Presidente da Câmara tinha competência para negociar directamente a questão do golfe. Considerou que não era uma altura propícia para a negociação dos terrenos do golfe, achou que os condicionalismos do golfe deviam ser alterados, ou seja, aquilo que eram as condicionantes construtivas para aquela área no Concelho de Mira, deviam ser alteradas, mas ao fazer isso,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

corriam o risco de poderem não voltar a ter golfe. Informou que a solução preconizada pelo Executivo era juntar ao golfe, a possibilidade da zona B, que lhe iria trazer mais-valias construtivas. Disse ainda que o que necessitavam era de promotores, esses existiam, só que ofereciam muito pouco. -----

----- Considerou que enquanto conseguissem ter o desafogo e discernimento financeiro de não vender por “tuta e meia”, aquilo que poderia ser a curto ou médio prazo o lucro do Concelho. ---

----- Reportando-se seguidamente aos baldios, o **Sr. Vereador Miguel Grego** explicou que a posição da Câmara e também dos tribunais, era que não existiam baldios, e no que dizia respeito aos 365550m2 da Videira Sul, estes encontravam-se registados por sentença judicial, faltava a resposta final do Tribunal no que respeitava à Videira Norte. As restantes áreas eram perfeitamente pacíficas e as sentenças judiciais tinham sido todas inequivocamente favoráveis ao Município. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”** -----

----- **PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro** -----

----- Usou da palavra, o **Sr. Vereador Manuel Martins**, em representação do Executivo, e começou por dizer que o orçamento de estado de 2011 tinha vindo solidificar a consolidação iniciada com o Orçamento do Estado de 2010, impondo novas medidas de contenção, com repercussões nas Autarquias, designadamente redução remuneratória de todos os trabalhadores que exercem funções públicas, entre outras. Também o Orçamento de Estado de 2011 dizia que cada Município não podia exceder o endividamento líquido existente a 30 de Setembro, assim como estabelecia o limiar para a contracção de novos empréstimos de médio e longo prazo. Do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exposto, concluiu-se que estes novos limiares eram substancialmente menores aos de 2010, pois em 2010 o limite de endividamento líquido era aproximadamente de 7.600.000,00€ e para 2011 o limiar era de 5.800.000,00€. O limite de endividamento para 2010 era de 6.000.000,00€ e para 2011 era de 3.000.000,00€. Na página 32 do relatório era possível ver a evolução do endividamento líquido Municipal, que a 14/04/2011 apresentava um ligeiro aumento relativamente ao reporte de Fevereiro, não se traduzindo à data a redução do endividamento previsto, em grande parte, justificado pelo atraso na aprovação da candidatura de saneamento e águas residuais – 1ª fase, que só tinha vindo a acontecer a 7 de Abril e que rondava o montante de 1.000.000,00€. Informou ainda que não se tinha concretizado a receita resultante do acréscimo da reprogramação financeira do Pólo Educativo - Zona Sul, no valor de cerca 65.000,00€ entre outras, como a receita do IMI, que deveria só ocorrer em Maio. O endividamento de longo prazo, reduziu-se no valor de 238.430,00€ resultantes da amortização de empréstimos, sendo actualmente de 2.900.000,00€. A execução orçamental dava a informação das taxas de execução que ainda não permitiam uma análise rigorosa, consequência do reduzido período de execução orçamental. Informou que a taxa de execução global de orçamento de despesa e receita era de 11,7%. A taxa de execução do PPI e actividades mais relevantes, o PPI andava à volta dos 3% e das actividades mais relevantes é de 19,4%. Por último informou que o resumo de tesouraria à data de 13 de Abril, apresentava 656.387,00€ referente a operações orçamentais e 268.000,00€ de operações de tesouraria. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** e relativamente ao endividamento, considerou ser uma questão que o preocupava muito. Disse que iam ficar sem dinheiro, o limite do endividamento já havia sido ultrapassado. Tendo em consideração que estavam no meio do mandato, o endividamento vinha em curva descendente e era interessante,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas agora a meio do mandato, começavam a perceber que havia uma “linha a virar para cima”. Por último afirmou ser necessário fazer uma gestão de contenção absoluta e que o “orçamento de crise” que vinha a alertar há quatro/cinco Assembleias, continuava sem aparecer e era importante ter-se em conta que quando fossem confrontados com a efectiva ausência de verbas, o que o Executivo pensava fazer. -----

----- Seguidamente interveio o **Sr. deputado José Frade (PSD)** que reportando-se à pág. 4 do relatório do Sr. Presidente, e à informação do Gabinete de qualidade e modernização administrativa, quis saber porque razão houve uma auditoria interna. Prosseguiu a sua intervenção, questionou o que era pretendido com o acordo com a Associação de proprietários do MiraVillas. Referiu-se ainda à “conservação e manutenção de espaços verdes e urbanos”, recomendou que se tivesse mais cuidado com os espaços verdes do Concelho e que se retocassem as passadeiras na Avenida 25 de Abril. -----

----- Por último reportou-se às AEC (Actividades de Enriquecimento Curricular), disse ter lido atentamente a articulação das AEC com outros Municípios de uma sessão realizada em Condeixa. Questionou se com as AEC, o que se pretendia era uma melhor gestão de recursos ou algum sentido que haja para fazer essa gestão para os municípios do Mondego. -----

----- O **Sr. deputado Juan António (PSD)** usou da palavra e relativamente à página 37 do relatório, no ponto de “fiscalização de obras – Execução do edifício de apoio a unidades complementares do parque de campismo” questionou se as referidas unidades estariam prontas para a época balnear que se aproximava. -----

----- Afirmou que a Câmara Municipal já havia ultrapassado o limiar do endividamento líquido autorizado, estando 53.647,21€ a cima desse limiar, considerando preocupante não ver da parte da Câmara a aplicação de medidas concretas em que se pudesse verificar uma acção directa



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre o endividamento. Disse que as contas o deixavam preocupado, porque havia um aumento gradual em rubricas de devedores, no caso concreto “*fornecedores de imobilizado e credores de factoring*” e a verba vinha a aumentar. -----

----- Por último alertou para a questão do reequilíbrio financeiro, considerou que se a Câmara Municipal nada fizesse, à luz do n.º1 art. n.º 8 do Decreto-Lei n.º 88/2008 poderia ver declarado pela Assembleia Municipal uma situação de reequilíbrio financeiro, considerando que havia uma série de pressupostos e a Câmara Municipal no momento quase que os cumpria todos, sendo que bastava haver três para a Câmara Municipal não cumprir. -----

----- Ainda, e dado que os quatro Presidentes de Junta estavam presentes, relativamente aos protocolos realizados com as Juntas de Freguesia, questionou o Executivo se as Freguesias tinham recebido os valores que estavam protocolados. -----

----- Seguidamente interveio o **Sr. Vice-Presidente Manuel Martins** reportando-se às intervenções dos Srs. deputados José Garrucho e Juan António, acerca do endividamento líquido municipal que já havia sido ultrapassado. Explicou que os valores apresentados se reportavam à data de 13 de Abril, mas a Contabilidade não era estática, e o que contava era o endividamento de 31/12/2011. Evidentemente que para o endividamento ser de 5.800.000,00€ obrigava a mais ajustamentos e contenção. Disse que haviam baixado a dívida em relação à amortização de empréstimo, daí que a dívida de endividamento de longo prazo também se reduziu. Explicou que o facto de o endividamento estar a exceder o limite, isso devia-se à entrada de 1.500.000,00€ de saneamento, com a reprogramação do Pólo II e ainda com o IMI. --

----- Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** para prestar alguns esclarecimentos acerca das questões levantadas pelos Srs. deputados. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente à auditoria que vinha referida no relatório, explicou que havia sido realizada no âmbito do SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade) ISO9001, que era obrigatório, fazer para depois terem a auditoria externa no âmbito da Certificação da Qualidade. Os auditores eram internos e auditavam os processos, verificando se as pessoas cumpriam ou não os procedimentos.-----

----- Relativamente ao acordo com os Proprietários da Associação do Mira Villas explicou que a Câmara tinha entendido que o mesmo não estava em vigor, por não ter sido convenientemente formalizado. Informou que tinha havido um acordo em tribunal. No âmbito da transacção judicial era obrigação das partes refazer o acordo (que tinha ido à última reunião de câmara).----

----- Relativamente às passeadeiras da avenida, informou que todas tinham sido pintadas há 2 anos. -----

----- Tinha a convicção de que as AECs eram importantes na escola e considerou que não deveria ser a Câmara Municipal a promover as actividades de enriquecimento curricular, mas sim o Agrupamento de Escolas. -----

----- Reportou-se seguidamente à intervenção do Sr. deputado Juan António e quanto ao reequilíbrio financeiro, disse que a Câmara de Mira não se encontrava nessa situação, poderia correr o risco de estar, mas não queria estar, porque entendiam que era uma *“má herança que deixavam aos filhos e netos”*. Explicou que isso significaria perder toda a sua autonomia e mais grave que isso, o seu prestígio e credibilidade perante aqueles que são os seus parceiros principais.-----

----- Relativamente aos apoios atribuídos às Juntas de Freguesia referiu que não deviam ser comparáveis com os atribuídos às associações, pois as Juntas de Freguesia tinham competências próprias, e recebiam subvenção do Estado. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Disse ainda que os recursos que tinham ao dispor do Concelho eram recursos que felizmente eram limitados, porque se assim não fossem, podiam cair na tentação de os gerir mal.

----- A terminar afirmou que o Concelho, nos documentos contabilísticos começava a ter uma situação financeira que andava a “aos altos e baixos”, que dependia bastante do IMI, das transferências do Estado (que cada vez mais iam sendo menores) e que a Câmara ia assumindo competências que não eram suas, muitas vezes por motivos sociais. -----

----- O **Sr. Vice-Presidente Dr. Manuel Martins** usou da palavra para esclarecer que a evolução do endividamento líquido municipal de há um ano até há data, havia baixado (mais de meio milhão de euros) sabendo que o limiar de endividamento era muito maior, ficando assim claro que a dívida não tinha aumentado.-----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** reportou-se novamente aos viveiros, disse que já anteriormente tinha sugerido (há 10 anos atrás) que se fizessem aquários e eles próprios pagar-se-iam.-----

----- O **Sr. deputado José Frade (PS)** aludiu à intervenção do Sr. Vereador Miguel Grego e disse deduzir que não estavam cumpridos os protocolos com as Juntas de Freguesia relativamente ao ano 2010.-----

----- No sentido de responder ao Sr. deputado José Frade, o **Sr. Vereador Miguel Grego** usou da palavra e relativamente ao cumprimento do protocolo com as Juntas de Freguesias disse que um protocolo é sempre assinado pelas duas partes, e tinha de ser cumprido pelas duas partes. A parte da Câmara era o pagamento de determinadas verbas, com a contrapartida da realização de determinados trabalhos e a verificação desses trabalhos que tinham cláusulas protocolares. Informou que algumas Juntas de Freguesia já tinham mandado a informação de que todos os trabalhos estariam executados e que oportunamente, assim que se verificasse a boa execução



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos mesmos, seria disponibilizada a verba financeira. Mais, disse que da parte da Câmara Municipal não estavam efectuados todos os pagamentos, assim como não estavam efectuados todos os pagamentos às associações culturais e desportivas relativamente ao ano de 2010.-----

----- Em relação aos viveiros e respondendo ao Sr. deputado José Balugas, disse que tinham contactado e pedido autorização à Autoridade Florestal Nacional para colaborar na limpeza. Informou que junto ao Orbitur já o tinham feito e no momento, do lado do clube náutico, iria ser feita uma capinagem da erva. Explicou ainda, que o protocolo existente era para que se criasse uma entidade gestora dos viveiros, na qual participavam [inicialmente] a Autoridade Florestal Nacional (enquanto detentora do espaço), Câmara Municipal de Mira (enquanto principal interessada no projecto); Acuinova (como patrocinador privado); AIBAP (através da cedência de laboratório) e o ICBAS – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar do Porto (através da investigação das amêijoas gigantes). Informou também que participava a Universidade de Aveiro porque o Prof. José Vingada se havia mudado para lá. Explicou ainda que com o protocolo, se pretendia fazer uma candidatura ao PROMAR para a reabilitação dos tanques, tal como estavam assim como uma pequena estrutura coberta para fazer sombra. -----

----- Por último informou que quem era o elemento de ligação com a Câmara Municipal era o Eng. João Pinho.-----

----- Interveio novamente o **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** reportando-se à intervenção do Sr. Vereador Miguel Grego, quanto ao Protocolo de Delegação de Competências, disse que no que lhe respeitava, o trabalho tinha sido feito. -----

----- O **Sr. deputado António Alberto (PS)** usou da palavra e disse que sobre o protocolo de delegação de competências tinha feito um relatório para a Câmara Municipal, no entanto não



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha recebido resposta. Informou também que ainda não tinha recebido nada relativamente aos Protocolos.-----

----- Interveio o **Sr. deputado Juan António (PSD)** reportando-se à pág. 37 do relatório, no ponto “ Fiscalização de obras” remetendo para a pág. 47 no ponto “parque de campismo municipal”, perguntou se os bungalows estariam aptos a funcionar e não tinha tido resposta.-----

----- O **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins** informou que os bungalows estariam equipados, estando a decorrer os trabalhos de construção da caldeira. -----

----- Eram cerca de 17:45h a Sessão foi interrompida para intervalo, tendo sido retomada pelas 18:15h, sem a presença do deputado Sr. Carlos Monteiro -----

-----**PONTO DOIS: Protocolo de celebração entre o Município de Mira, a Movijovem e o Instituto Português da Juventude – Tomada de conhecimento.** -----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, na qualidade de Vice-Presidente do Executivo, explicando que o referido protocolo tinha sido celebrado entre a Câmara Municipal de Mira e a Movijovem e o IPJ em minuta. O protocolo tinha sido celebrado pela Câmara Municipal em 24 de Junho de 2010 e pela Assembleia Municipal em 24 de Setembro de 2010 e no momento vinha o documento na sua versão final para dar conhecimento à presente Assembleia. Informou que as principais alterações constavam na cláusula 1 no nº1, na cláusula 2 e clausula 6 no nº2 e também que estava apensa a planta de anexo em falta na minuta. -----

----- **PONTO TRÊS: apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea c), do n.º 2, do art.º 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2010 e apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2010.**-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, na qualidade de Vice-presidente do Executivo começou por dizer que o ano financeiro de 2010 se tinha caracterizado por uma crise generalizada, com impacto nas contas públicas. Todo o desequilíbrio tinha levado a medidas de contenção, austeridade prevista no PEC, que afectaram as finanças municipais. A referida situação havia conduzido a um corte de 4% nas transferências no orçamento do Estado (cerca de 200.000,00€), tinha proibido a contracção de empréstimo, incluindo formas que aumentassem o endividamento, apresentando algumas excepções. As referidas mudanças relativas a regras de financiamento e de conteúdo do DEE (Documento de Enquadramento Estratégico), obrigatoriedade ou não, do mesmo e a duplicação dos novos regulamentos, específicos relatados, relativos às tipologias de investimento, susceptíveis de financiamento, obstaram à apresentação da candidatura ao ciclo urbano da água para a operação de saneamento e águas residuais do Município de Mira, com impacto significativo nas contas, dado o volume de receita que era prevista arrecadar à volta de um milhão de euros.-----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** e começou por dizer que no ano anterior haviam feito várias intervenções chamando a atenção para a impossibilidade de cumprir o que era orçamentado. O orçamento na prática era uma aprovação não da Assembleia Municipal, uma espécie de “cheque em branco”, onde o Executivo, posteriormente, se poderia mover em função de mais receitas ou expectativa de receitas, em que a probabilidade de serem conseguidas era efectivamente baixa. Considerou que sempre que havia receitas o Executivo se propunha a gastar. Lamentou que não houvesse uma direcção política e uma capacidade de execução maior, e que o próprio programa da Câmara não fosse feito de acordo com as reais possibilidades do Município. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Prosseguindo, interveio o **Sr. deputado Juan António (PSD)** e disse que “pegando” no relatório de contas, os mapas que estavam consignados por Lei, obrigatórios de apresentação eram: mapas de informação orçamental, mapa de informação financeira, mapa de informação patrimonial e económica e por último relatório de gestão. Disse que o não tinha recebido o relatório de gestão e que estavam a aprovar uma situação, que por Lei deviam ter o relatório de gestão. O relatório de gestão era o mais importante, porque era nele que se conseguiam obter alguns esclarecimentos e daí que a pertinência da observação que ia fazer podia “cair por terra”. Reportando-se à intervenção do Sr. deputado José Garrucho, considerou-a pertinente, pois, a lógica de orçamentação muitas vezes acabava por permitir alguns floreados em termos eleitorais mas depois não tinha aplicabilidade prática correcta e acabava-se por prestar má informação aos concidadãos. -----

----- De seguida reportou-se aos documentos contabilísticos (às que tinha disponíveis, não tendo feito a análise do relatório de gestão), e disse que saltava à vista a questão do investimento prometido de uma verba inicial de 11 milhões de euros e o Executivo só tinha concretizado 2 milhões, havendo uma discrepância brutal entre o que era perspectivado e o que era concretizado. -----

----- Relativamente à orçamentação e receitas, disse que havia valores extremamente empolados, e disse que não se reviam naquela maneira de fazer política. -----

----- O **Sr. Vereador Miguel Grego**, interveio e apelou a todos os presentes, que sempre que os ficheiros da respectiva documentação para as Sessões de Assembleia Municipal não chegassem completos ou estivesse a faltar algo, que contactassem os serviços de apoio aos órgãos municipais, para desse forma sanar dificuldades e equívocos que surgissem. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não havendo mais intervenções, o ponto foi colocado à votação, sendo **aprovado por maioria** com 8 votos contra do PSD, 3 abstenções do MAR e do Sr. deputado Albano Lourenço e 13 votos a favor do PS. -----

**----- DECLARAÇÃO DE VOTO -----**

----- O **Sr. deputado Juan António (PSD)** disse que votava contra, ressaltando o facto de não ter tido acesso ao relatório de gestão e também porque já tinham votado contra quando tinha sido feito o plano e orçamento e as linhas que se propunham fazer, porque de facto não se vislumbrava um linha orientadora em termos estratégicos para o Concelho. O relatório apenas vinha frisar o que sempre disseram, que era uma “navegação um pouco à vista” e havia uma grande discrepância em termos do orçamentado e o que era efectuado. -----

----- O **Sr. deputado Albano Lourenço (PSD)** interveio seguidamente para fazer a sua declaração de voto e passou a ler o seguinte texto: *“O ano de 2010 foi no Seixo um ano de muita actividade e muitas actividades, quase todos os eventos mereceram o apoio e colaboração da Câmara Municipal de Mira. A Junta de Freguesia do Seixo e a Câmara Municipal de mira, caminharam lado a lado no cumprimento dos seus objectivos, tendo sempre como prioridade os nossos concidadãos. O apoio Às candidaturas efectuadas pela junta de Freguesia do Seixo aos vários organismos, o fim-de-semana de saúde e laser; o fim-de-semana do ambiente, o protocolo de delegação de competências na área de limpeza e manutenção dos espaços verdes, a comemoração dos 25 anos da Freguesia; o apoio à edição do livro “25 anos que mudaram o Seixo”; o processo para a criação da farmácia no seixo, são alguns dos bons exemplos de cooperação. Consideramos que o apoio prestado pela Câmara Municipal de Mira foi muito importante para que a Junta de freguesia do Seixo atingisse as suas metas, contudo, consideramos que existem ainda grande margem de manobra nesse mesmo apoio colaboração*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*e iniciativa de obras no Seixo. Temos sido e vamos continuar a ser coerentes no nosso discurso. Obras como o piso sintético no campo de futebol 11; um novo piso no polidesportivo; o saneamento em toda a Freguesia, tardam em ser executadas, mas continuaremos a acreditar. Fica o agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Reigota e Vereadores, e fica a esperança num apoio e colaboração ainda mais fortes para o presente ano.” -----*

**----- PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos preconizados, da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, da 1ª revisão Orçamental/PPI e AMR’s do ano de 2011-----**

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins** teceu algumas considerações relativamente ao ponto em causa. Informou que a revisão estava relacionada exclusivamente com a incorporação do saldo de gerência do ano anterior e isso só podia ser feito depois da aprovação das contas de 2010.-----

----- Seguidamente o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** interveio e disse que era uma oportunidade que o Executivo perdia, tinham, que “agarrar” na verba que tinha resultado do exercício do ano anterior e encorpara-la no orçamento do presente ano. Considerou que o faziam de uma maneira habilidosa, aumentando a despesa, agarrando nos valores e acrescentando ao que já lá estava. -----

----- Quanto ao resto e a tudo aquilo a que o partido do MAR tem vindo a chamar à atenção em anteriores Sessões de Assembleia Municipal, o Executivo tinha dito “nada” e portanto iriam votar contra. Considerou por último que era a oportunidade de “ouro” de corrigir o orçamento, lamentando que o Executivo não a aproveitasse. -----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado José Frade (PSD)** e começou por dizer que comungava das palavras proferidas do Sr. deputado José Garrucho e também na perspectiva do que tinha sido a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sua posição relativamente ao orçamento e às grandes opções do plano. Informou que também a sua bancada iria votar contra a revisão do orçamento proposta pelo Executivo. -----

----- No sentido de responder e esclarecer as questões levantadas anteriormente pelos Srs. deputados, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**. -----

----- Começou por dizer que estavam a falar da incorporação de um saldo de gerência. Questionou portanto, o que iriam fazer ao dinheiro, pois o mesmo tinha de ser incorporado. Pediu aos Srs. deputados que dissessem e sugerissem onde queriam ver o saldo incorporado, pois o dinheiro tinha que ser afecto a uma rubrica, era uma receita e tinha que ser colocado do lado da receita. Queria ouvir da boca dos Srs. deputados que eram contra a obra X e preferiam a obra Y. -----

----- Explicou que não estavam a hiperbolizar a receita, que o valor presente era o saldo efectivo apurado, e que era o que tinham que fazer todos os anos, por lei, depois da aprovação da conta de gerência. Era um movimento financeiro, obrigatório por lei onde tinha de se aplicar um proveito real que existia. -----

----- Novamente intervém o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)**, para reforçar que aproveitando a oportunidade de revisão orçamental, o Executivo poderia apresentar uma revisão das despesas em geral, reduzindo os valores absolutos do orçamento. Considerou que a verba que transitava do ano anterior poderia ser usada para amortizar a dívida. -----

----- O **Sr. Vereador Manuel Martins** explica que, por exemplo, no ponto das “operações financeiras” havia encargos com juros que eram obrigatórios e que entrava o reforço de 35.000,00€, sendo aquelas as opções que tinham feito. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não se verificando mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Fernando Regateiro, coloca o ponto à votação, sendo o mesmo **aprovado por maioria**, com 11 votos contra do PSD e do MAR e 13 a favor do PS.-----

----- **PONTO CINCO: Proposta de declaração de Nulidade da deliberação da Assembleia Municipal de 14 de Setembro de 2009 que aprovou a carta da RAN. Aprovação da carta da RAN ao abrigo do n.º1 do art.º 97º. (adaptação) e n.º 1 do art. 97.º - A (rectificação) de acordo com o disposto no D.L n.º 380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção.**-----

----- Interveio o **Sr. Vereador Manuel Martins**, e começou por dizer que na gestão urbanística diária e fruto do incremento nos sistemas de informação geográfica municipal, desde longa data tinham sido detectados várias situações de erros, entre as peças desenhadas, nomeadamente entre os usos previstos na carta de ordenamento e na carta de reserva agrícola. Com esta situação, explicou que a Câmara Municipal se deparava com posições diferentes, por parte da entidade regional da reserva agrícola do centro, aquando do pedido de autorização para construção de áreas urbanas do PDM mas em RAN. A entidade regional de reserva agrícola do centro utilizou para a gestão dos solos uma cobertura cartográfica à escala de 1:10000 publicada pela portaria nº 440/92 de 28 de Maio de 1992 que tinha caducado com a entrada em vigor do PDM Municipal de Mira. Perante esta situação de erros existentes e identificados desde longa data, o Município solicitou a colaboração e entendimento das entidades envolvidas, tendo sido apontado como a única solução a revisão do PDM à luz do regime jurídico vigente. Com a publicação do novo regime jurídico de instrumento de gestão territorial, os técnicos do município realizaram um trabalho profundo e pormenorizado de todas as discrepâncias existentes, tendo sido realizado o cruzamento e identificação de informação, constante do processo de PDM em arquivo. Do referido trabalho, tinha resultado uma carta da RAN, com



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alterações, correcções pontuais resultantes da sobreposição entre a carta de ordenamento e a carta da RAN e o conteúdo do regulamento do PDM. Assim ficavam sanadas as incongruências e passavam finalmente a ter uma carta da RAN completamente ajustada e coincidente com os usos previstos na carta de ordenamento do Plano Director Municipal. Informou ainda que assim estavam todos os elementos do PDM em articulação. Importava ainda salientar, que todo o trabalho havia sido corroborado com parecer jurídico e emitido pela Dr.<sup>a</sup> Fernanda Paula Oliveira. Em Dezembro de 2009 e Maio de 2010 ter-se-iam realizado várias reuniões entre o Município de Mira, Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) e a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Uma vez que estas duas entidades não configuravam como correcto o procedimento tido pela Câmara, esta, perante a situação informou as entidades envolvidas que havia suspenso a carta da RAN, rectificadora, a fim de não ficar qualquer dúvida acerca do procedimento adoptado. Informou ainda que a DRAPC tinha intentado uma acção contenciosa no tribunal administrativo e fiscal de Coimbra contra o Município de Mira, visando anular a deliberação dos actos de aprovação da carta da RAN supra identificada. Tendo por base o despacho do Sr. Procurador do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra de 03/12/2010 no processo administrativo, nº 12 de 2010, remetido por ofício e datado de 07/12/2010, foi solicitada a informação das alterações relativas à RAN que decorreram da aprovação do Plano de Urbanização da Praia de Mira e Plano de Urbanização de Mira, alteração da Carta da RAN tal como tinha sido aprovada na deliberação da Assembleia Municipal de 14/09/2009, propondo a declaração de nulidade de tal deliberação e a substituição por outra, que tenha em conta o aludido despacho no que respeita à Carta da RAN e à planta de ordenamento. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Perante esta situação, o Município de Mira promoveu reuniões com a DRAPC e a CCDRC de forma a acordar o que se enquadrava em “manchas pequenas” e “manchas grandes” que se inseriam na possibilidade de correcção prevista no RJGT. Assim, todas as entidades atrás referidas chegaram ao entendimento, pelo que se propõem a declaração de nulidade da deliberação da Assembleia Municipal que aprovou a rectificação da carta da RAN em 14/09/2009 e a aprovação de uma nova carta da RAN, em conformidade com o constante despacho referido de acordo com o estabelecido entre as entidades envolvidas, nos termos da alínea a), n.º1 do art. 97º do decreto-lei 380/99 de 22 de Setembro, na sua actual redacção que diz respeito às alterações por adaptação resultantes da aprovação do Plano de Urbanização da Praia de Mira, do Plano de Urbanização de Mira e Plano Pormenor da Zona Industrial de Mira Pólo II, nos termos do n.º1 do art. 97º do referido diploma, no que dizia respeito às correcções materiais e rectificações tendo por base o acordado pelas entidades, e que constam na planta anexa e que faz parte integrante da presente informação proposta. -----

----- Usou da palavra seguidamente o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** que considerou que, no presente ponto, existiam duas partes: uma para anular uma deliberação da Assembleia tomada em 14/09/2009 e a segunda parte era aprovar a nova carta. Questionou a mesa se estariam perante duas votações. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,** interveio e deliberou que seriam feitas duas votações, uma para a declaração de nulidade e outra para a aprovação da nova carta.

----- O **Sr. deputado Jose Garrucho (MAR)** retomou o uso da palavra. Afirmou que a explicação dada era plausível, mas tinha dúvidas. Disse que tanto quanto sabia, o Concelho de Mira tinha sido um dos Concelhos precursores na gestão da SIG, portanto a sua capacidade técnica de perceber à minúcia as questões das cartas e as transferências de escala, parecia-lhe



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

claro, mas não compreendia como se tinha conseguido chegar aquela situação. Mais, disse que a Assembleia havido aprovado a carta da RAN, com a informação fornecida pelo Executivo, mas quando este se confronta com uma ineficiência ou erro de discrepância de escalas ou de ajuste de escalas nas cartas, naturalmente que com as entidades de gestão da RAN e Espaço de Salvaguarda Restrita (ESR), questionou porque é que o Executivo não colocou logo tudo em ordem. Questionou o que tinha faltado para que se tivesse evitado uma intervenção do Procurador. Os serviços da RAN tinham feito uma denúncia ao Ministério Público, ou seja, foi considerado que no Município de Mira, alegadamente tinha praticado um acto ilegal, pedindo esclarecimento ao Executivo. -----

----- Seguiu-se a intervenção do **Sr. deputado Juan António (PSD)**, e referiu que partilhava (em parte) com as observações feitas pelo Sr. deputado José Garrucho.-----

----- Considerou estar com algumas dificuldades em votar o ponto, porque em 2009 havia votado favoravelmente. Questionou quem tinha tomado a iniciativa de utilizar uma escala diferente e quem tinha feito a “publicação” nos sites de acesso ao público. Uma segunda questão que colocou, foi se não seria pertinente e dado que iriam fazer duas votações em separado, ter uma carta em que se fizesse uma sobreposição das duas escalas para assim se poder verificar as implicações que houve, ou não, em termos reais. Interrogou ainda, se em todo o processo a Câmara havia tomado deliberações que pudessem ter ido ao encontro, de prejudicar ou favorecer munícipes.-----

----- No uso da palavra o **Sr. deputado José Frade (PSD)** considerou que para os novos deputados havia dificuldade técnica acrescida na observação do que era apresentado. Existia uma nova proposta, (mas não tinham conhecimento da antiga), para em comparação se poder



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobrepôr e considerou que o ponto deveria transitar para uma próxima Sessão de Assembleia Municipal e não ser colocado à aprovação na presente Sessão.-----

----- O **Sr. Vereador Miguel Grego** usou da palavra e para esclarecer as dúvidas levantadas pelos Srs. deputados começou por explicar que tudo tinha começado com a publicação do PDM de Mira em 1994 e nessa altura não havia cadastro, nem SIG.-----

----- Aquela data reportava-se ao início da “época dourada dos fundos comunitários” daí que, ou se tinha PDM, ou não havia dinheiro vindo da Comunidade Europeia. -----

----- Os PDM eram feitos em papel por pessoas muito novas e houvera vários lapsos, mas foram-se corrigindo alguns, passíveis de correcção. -----

----- Quando a alteração foi feita, por imposição legal, ou seja, quando se publica um Plano de Urbanização tinha de ser feita a adaptação do PDM, que era o documento que “chapelava” tudo. Explicou que o problema residiu quando se detectaram os erros e se levantou a questão de como é que os iriam corrigir. A planta de ordenamento era uma planta geral, que devia ter em si, a parte urbana e os Espaços de Salvaguarda Restrita e espaço de ocupação condiciona, todas as condicionantes em si, que não podiam ser conflituantes. A carta, que estava publicada e que tinha “dentro” a RAN, era a que era usada pelo Município, porque a carta utilizada pela RAN nem sequer estava publicada. A carta de ordenamento que tinha em si todos os passos, não estava coincidente nos limites com a carta da RAN utilizada pela antiga Comissão da Reserva Agrícola da Beira Litoral (agora – Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro – ERRAN-C). -----

----- Disse existir desconformidade entre o PDM e a carta da RAN, designadamente a nível de áreas urbanas, em que na carta da RAN utilizada pela Entidade Regional da Reserva Agrícola nacional do Centro (ERRANC) constavam como terrenos de reserva agrícola e os interessados



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinham de se deslocar à ERRANC para pedir autorização para a construção. Disse que para ele era incompreensível que um cidadão que usasse o PDM de Mira, publicado oficialmente e que comprasse um terreno que era urbano, não podia seguidamente ver o terreno classificado como agrícola. Informou que para colmatar a situação, e segundo o permitido por Lei, tinham de alterar o PDM. Disse que tinham procurado sensibilizar a Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro e a Direcção Regional para que juntamente com a Câmara Municipal, apresentassem uma solução de compromisso, definindo o que no próximo PDM iria ser urbano ou agrícola. Entretanto saiu a alteração ao RJGT (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial) e no artigo 97º-A que define as “Correcções materiais e rectificações” constava que *“as correcções materiais dos instrumentos de gestão territorial são admissíveis para efeitos de: a) acertos de cartografia determinados por incorrecções de cadastro, de transposição de escalas, de definição de limites físicos identificáveis no terreno, bem como por discrepâncias entre plantas de condicionantes e plantas de ordenamento; b) Correcções de erros materiais, patentes e manifestos, na representação cartográfica; c) correcções de regulamentos ou de plantas determinadas por incongruências entre si.”* e a Câmara e a Assembleia Municipal tinham passado a ter essa competência. Informou ainda que tinha sido ao abrigo do mesmo que haviam remetido a aprovação da carta da RAN. -----

----- Explicou também, que ao abrigo da referida leitura, e sempre salvaguardados em parecer jurídico, e estando na “mão” da Câmara, fizeram o que entendiam poder fazer, até porque a Direcção Regional de Agricultura e Pescas nunca tinha dado solução. Passados seis meses, a CCDR apercebeu-se da situação e começaram a surgir muitos Municípios com o mesmo problema e a resolve-los da mesma maneira, o que implicava que a Reserva Agrícola e a própria CCDRC iam ter alterações às cartas de ordenamento/ cartas das condicionantes. Apercebendo-



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se que poderia haver constrangimentos, dado que havia uma entidade que tutelava o espaço, mas não precisava de ser consultada (Direcção Regional de Agricultura) consequência de ser uma alteração em regime simplificado a CCDR comunicou à Direcção Regional de Agricultura e Pescas. Informou que a Direcção Regional de Agricultura e Pescas chamou o município para uma reunião e disse que o Município de Mira, no seu entendimento, tinha um procedimento ilegal. O Município esgrimiou argumentos para explicar que não era ilegal, procuraram uma vez mais chegar a consenso, compreenderam que para a Direcção Regional Agrícola era pouco confortável, porque outros Municípios haviam começado a utilizar o mesmo procedimento, pois era assumir não terem feito, desde 1994 uma carta que tinham obrigação de fazer. Mas considerou ainda mais grave, a Direcção Regional de Agricultura e Pescas, responde por escrito ao Município de Mira a dizer que a única carta em vigor e que eles usavam era a RAN, que havia caducado por força de Lei com a publicação do PDM. -----

----- Depois de uma reunião havida em Castelo Branco, que não tinha decorrido da melhor forma, decidiram avançar para um acto suspensivo e como tal a partir desse momento a Câmara suspendeu a utilização, da carta da RAN aprovada, como medida cautelar, para não estarem a dar “direitos” que depois pudessem vir a ser retirados. Consequência da reunião, a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, comunicou a suspensão ao Ministério Público. O que iria acontecer, era que iam ter o processo suspenso durante 3,4,5 anos até que houvesse uma decisão e os cidadãos de Mira, e nas zonas de litígio iriam ficar fortemente penalizados. -----

----- Com a mediação do Sr. Procurador apelaram ao bom senso da Direcção Regional da Agricultura e Pescas, chegando ao seguinte consenso: “*Faz-se uma nova carta da RAN, que seja confortável para a Reserva Agrícola em que se corrijam as “pequenas manchas e as manchas de maior dimensão” são retiradas*”, isto é, continuavam em RAN. O Sr. Procurador previa um



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acto contínuo que ao revogar a carta antiga havia sido aprovada e publicada, e ao aprovar uma nova carta, que fosse confortável para o Município na defesa dos seus munícipes e para a Direcção Regional na defesa das zonas agrícolas.-----

----- Reportando-se seguidamente à intervenção do Sr. deputado Juan António, relativamente ao que era RAN e deixou de o ser, de acordo com a nova carta, fez passar pelos membros da Assembleia Municipal uma carta que os serviços tinham feito em que permitia claramente esclarecer a questão.-----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Frade (PSD)**, que começou por agradecer o esclarecimento do Sr. Vereador Miguel, mas considerou que com a aprovação da nova carta da RAN iriam haver pessoas beneficiadas e pessoas prejudicadas, ou talvez permitir legalizações que não fossem possíveis.-----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado Juan António (PSD)**, referindo-se ao processo suspensivo, questionou quanto tempo é que as deliberações haviam estado suspensas.-----

----- O **Sr. Vereador Manuel Martins** informou que não tinha havido sequer nenhum licenciamento nesse período de suspensão.-----

----- O **Sr. deputado Fernando Regateiro (PS)**, no momento na qualidade de deputado, interveio e questionou o Executivo se a nova proposta de carta da RAN tinha sido sujeita a escrutínio público, ou se estavam simplesmente a ser orientados por técnicos. Considerou que a referida alteração e no momento, poderia ser interessante para que o público, alertado pelos órgãos locais tivesse contacto com aquilo que lhes estava a ser aplicado.-----

----- A **Sr.ª deputada Fernanda Baptista (PS)** pediu esclarecimentos se a RAN, dado que Mira outrora foi toda cultivada, se ao fazer a carta, não se estariam a nortear por esse motivo. ---





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Dada a palavra ao Executivo, o **Sr. Vereador Miguel Grego** começou por se reportar à Sr.<sup>a</sup> deputada Fernanda Baptista, e disse que a RAN não se havia guiado pelos motivos apresentados pela Sr.<sup>a</sup> deputada, pois o momento, de alteração da carta da RAN, seria em sede de revisão do PDM e também porque aquilo que era “política”, era que os municípios tivessem uma determinada percentagem de área urbana e explicou que o Município de Mira já tinha uma percentagem de área superior ao que era o índice e além disso o PROT ainda era mais restritivo em termo desses índices de área urbana por município “*per capita*” e para edificação e solo urbano.-----

----- Seguidamente e respondendo ao Sr. deputado Fernando Regateiro, o **Sr. Vereador Miguel**, informou que não tinha havido escrutínio público, pois tratava-se de uma correcção à carta da RAN e não de uma nova carta. -----

----- Por último respondeu ao Sr. deputado José Frade quanto à existência ou não de prejudicados ou beneficiados com a correcção da carta da RAN, e informou que no caso concreto não havia nenhum prejudicado, apenas e somente, aqueles que esperavam que os terrenos passassem de agrícola a urbano.-----

----- O Sr. Vereador Miguel Grego quis deixar bem claro e ressaltou que não haviam legalizações, e não estavam a tomar nenhuma decisão baseada em actos retroactivos de legalização. A decisão proposta era exclusivamente para decidir processos que entrassem, no futuro, na Câmara para a construção. -----

----- Por último respondeu ao **Sr. deputado João António (PSD)** e no que tocava ao tempo em que havia decorrido a suspensão da prática de actos, informou que tinha sido suspenso em 12 de Fevereiro de 2010. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Autorizado a intervir usou da palavra o **Dr. Ângelo Lopes**, chefe da Divisão de Ordenamento e Ambiente, que informou que quando foi detectada a situação, a Câmara havia deliberado automaticamente fazer o início do procedimento da revisão do PDM. Fruto da deliberação estatal para elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro decidiu-se internamente não continuar com os trabalhos de revisão do plano, uma vez que iriam sair normas orientadoras do PROT, e só à data é que estavam a chegar, nomeadamente com um carácter mais restritivo em relação à parte agrícola do solo. Na altura tinham detectado o erro, mas não podiam proceder à resolução imediata do problema, só com a alteração do RJIGT é que houve a oportunidade de o fazerem, passando a responsabilidade de gestão do território para as Câmaras Municipais. -----

----- Reforçou que tudo o que tinham feito estava baseado no diploma, do articulado legal. -----

----- Os senhores deputados Prof. José Frade e Dr. José Garrucho, solicitaram a suspensão dos trabalhos por 5 minutos para uma breve reflexão acerca do assunto em análise, após o que se seguiu a respectiva votação.-----

----- Não se verificando mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, Prof. Doutor Fernando Regateiro, coloca à votação a 1ª parte do ponto – Declaração de Nulidade da deliberação da Assembleia Municipal de 14 de Setembro que aprovou a carta da RAN - sendo o mesmo **aprovado por unanimidade**.-----

----- Seguidamente o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, Prof. Doutor Fernando Regateiro, coloca à votação a 2ª parte do ponto – Aprovação da Carta da RAN – sendo a mesma **aprovada por maioria** com 13 votos a favor do PS e 11 abstenções do PSD e MAR. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. deputado José Balugas (MAR)** usou da palavra e disse que havia votado a favor na 1ª parte do ponto por “bondade política”. Na 2ª parte da proposta abstiveram-se, porque não haviam estado presentes na votação da anterior carta da RAN, não tendo termo de comparação com a nova carta. Também não sabiam se à semelhança do que tinha acontecido na votação da 1ª parte do ponto, se havia alguma incongruência na nova carta de RAN. Disse ainda que apesar das explicações dadas pelo Sr. Vereador e pelo Técnico do serviço, entendiam que a informação fornecida em Sessão de Assembleia lhes devia ter sido fornecida anteriormente, de forma documentada, para poderem ter feito a respectiva análise. -----

----- O **Sr. deputado José Frade (PSD)** disse que o Partido Social Democrata tinha feito a sua votação de abstenção, porque conforme tinham declarado no decorrer dos trabalhos, não esteve muito de acordo com a tramitação que levou à resolução do problema. Apesar dos esclarecimentos dados, técnica e politicamente, entendiam que a tramitação não tinha sido clara e precisa, mas movia-se no seu voto o facto de não quererem contribuir para a inviabilidade de questões relacionadas com a carta da RAN. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** e disse que o voto favorável da bancada, resultava do que achavam, que era o resolver da forma mais simples. Considerou que foi desperdiçado tanto tempo de discussão em Assembleia Municipal, para concluir com a votação “fantástica” em que votaram favoravelmente uma situação que implica a outra, na qual se abstiveram. Disse não compreender politicamente o pensamento das pessoas de Mira lá fora, se soubessem o que tinha saído dali, que o concelho tinha ficado sem uma carta de RAN. O que os Srs. deputados tinham dito era que votavam a nulidade da carta vigente, que não discordavam, mas também não concordavam com a aprovação e isso não dava a aprovação da



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nova carta proposta. Disse que era um facto político da maior gravidade perante aquilo que os Srs. deputados haviam afirmado.-----

----- O **Sr. deputado Narciso Patrão (PS)** interveio, partilhando uma experiência pessoal que tinha tido com a RAN, enumerando uma série de situação e procedimentos e que lhe tinha trazido uma série de constrangimentos. Disse não ter confiança na RAN, mas tinha confiança no Executivo que tinha estudado o assunto e isso é que o tinha levado a votar favoravelmente. -----

----- O **Sr. deputado José Garrucho (MAR)**, usou da palavra em defesa da honra, porque considerou que tinham sido colocados pelo Sr. deputado Paulo Grego numa posição que não era legítima e o Sr. deputado não podia pôr em causa do modo como o havia feito. Reforçou que o seu sentido de voto tinha sido, porque não tinham tido acesso à documentação e informação, mas jamais tinham colocado em causa os esclarecimentos dados pelo Executivo. -----

----- De seguida usou da palavra o **Sr. deputado José Frade (PSD)**, na sequência da sua declaração de voto e de protesto, pois considerou que o Sr. deputado do Partido Socialista tinha sido incongruente. Subcreveu também as palavras do proferido pelo MAR, relativamente à falta de informação por parte do Executivo. -----

----- O **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** usou da palavra e disse que achava que se tinha exprimido mal, no seguinte aspecto: disse não ter feito juízo de valor relativamente às votações, mas sim uma conclusão política da votação do PSD e MAR, que na sua perspectiva não tinham sido congruentes, ao anular um ponto e não viabilizar a 2º parte do ponto. Afirmou com veemência que só se tinha referido à votação das bancadas da oposição unicamente como um acto político.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação a aprovação da acta em minuta, sendo a mesma **aprovada por unanimidade**. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a Sessão, sendo vinte horas, da qual para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_